

**Territorialidades sagradas em uma metrópole:
racismo e dinâmicas ecológicas do “povo de santo” em Belo Horizonte (MG)¹**

Autor:

Rubens Alves da Silva²

Coautores:

Breno Trindade da Silva³

Nilmar Augusto Barcelos Chagas⁴

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a percepção e o enfrentamento do racismo por parte de grupos religiosos afrodiáspóricos, tendo como base os resultados preliminares da pesquisa Cartografia e Ecologia das Práticas Religiosas Afrodiáspóricas em Belo Horizonte (MG). Esta investigação promove um diálogo fecundo com diferentes lideranças de terreiros situados na capital mineira e região metropolitana, buscando compreender como experiências de racismo, dinâmicas urbanas e transformações ambientais estão amalgamadas e afetam a presença e as práticas destas religiões. A questão racial emerge como um dos eixos centrais nas narrativas coletadas, revelando como a colonialidade busca capturar e suprimir os modos singulares de ocupação territorial e afirmação das comunidades de terreiro. Ao mesmo tempo, evidencia-se a persistência histórica do chamado “povo de santo” na resistência, reinvenção e atualização de suas práticas tradicionais, mesmo diante das mais diferentes opressões simbólicas, institucionais e materiais. Os dados indicam uma ampliação do repertório das religiões de matriz africana em Belo Horizonte nas últimas décadas, o que reforça a pertinência de se discutir como estes grupos têm negociado seus espaços de atuação e quais estratégias individuais e coletivas são mobilizadas no enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: comunidades de terreiro; racismo; resistência étnico-racial; dinâmicas ecológicas; Belo Horizonte.

Esta comunicação propõe uma reflexão inicial sobre a percepção e o enfrentamento do racismo por parte de grupos religiosos⁵ afrodiáspóricos na

¹ Este artigo é produto da exploração de dados da pesquisa Cartografia e Ecologia das Práticas Religiosas Afrodiáspóricas em Belo Horizonte, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e vinculada ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais.

⁵ Embora a palavra religião não seja consensualmente usada pelos adeptos da espiritualidade de matriz africana no Brasil, que podem referirem-se às suas práticas como “seita”, “culto”, “tradição”, “filosofia”,

contemporaneidade. Propomos explorar os resultados preliminares da pesquisa *Cartografia e Ecologia das Práticas Religiosas Afrodiaspóricas* em Belo Horizonte, que teve início no ano de 2023 e está sendo desenvolvida no âmbito do Laboratório de Etnografia e Antropologia das Religiões (Lear - UFMG). A pesquisa objetiva realizar uma cartografia das práticas afro-religiosas para além dos espaços mais circunscritos às casas, aos templos ou terreiros. Em linhas gerais, buscamos compreender a “ecologia das práticas” (STENGERS, 2005) do “povo de santo”⁶ na cidade, bem como a perspectiva destes grupos religiosos acerca da metrópole que busca subjugar-los.

Esta pesquisa parte do levantamento de dois mapeamentos já realizados em Belo Horizonte, o primeiro vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP), que realizou o Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro nas capitais e regiões metropolitanas dos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O segundo foi o mapeamento capitaneado pelo Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais da Universidade Federal de Minas Gerais (NUQ-UFMG). Nos dois casos, o que se levantou de informações sobre as comunidades de terreiro ficou restrito às localidades vinculadas ao espaço físico de cada uma das casas de axé ou terreiros participantes.

Atualmente, a pesquisa *Cartografia e Ecologia das Práticas Religiosas Afrodiaspóricas* em Belo Horizonte está na etapa de seleção, organização e tratamento dos dados produzidos em campo e que alimentarão uma plataforma digital na qual as práticas religiosas identificadas serão representadas no espaço⁷. Nesta “contra-

entre outras tantas variações formais, é a partir de tal conceito que as comunidades de terreiro participam dos debates públicos e lutam por direitos - basta lembrar aqui o voto do ministro Alexandre de Moraes em defesa da liberdade das práticas religiosas afrodiaspóricas, no contexto do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 494601, que discutia a constitucionalidade do sacrifício de animais em rituais de religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul - março de 2019. Disponível em <https://encurtador.com.br/Qi3mJ>, acesso em 19 de outubro de 2025.

⁶ A expressão “povo de santo” diz respeito à generalidade dos adeptos das religiões afrodiaspóricas no Brasil e equivale, neste contexto, a expressões correlatas como “comunidade de terreiro”, “povo de terreiro”, entre outras variações aqui usadas.

⁷ No presente trabalho, utilizamos a noção de “espaço” do ponto de vista analisado por Doreen Massey (2008), que o compreende não como um recipiente fixo ou uma superfície neutra onde as coisas acontecem, mas produto das inter-relações sociais e materiais que se dão em constante movimento. Ele é a esfera da coexistência e da multiplicidade, onde diferentes trajetórias, tempos e histórias se entrecruzam, formando um campo aberto de possibilidades e disputas. O espaço, portanto, como aquilo que está sempre

cartografia”, a característica absolutista dos mapas coloniais é relativizada pela noção de “territórios em movimento”, materiais e imateriais, cujas formas múltiplas “incluem manchas e linhas” (ALMEIDA, 2012, p. 05). O que parece estar em jogo é, portanto, a captação, o processamento e a circulação de informações sobre a verdade do chão e de seus coabitantes humanos e não-humanos.

Pensada como registro dinâmico da cidade de Belo Horizonte a partir dos pontos de vista daqueles/daquelas praticantes das afro-religiosidades, tal relação entre vida comum e cartografia também pode ser compreendida como “memória arquivada” (TAYLOR, 2013) e fonte informacional da singularidade e importância destas expressões culturais, bem como de seus saberes ancestrais e de suas concepções e modos de comunicação com o sagrado. No entanto, além do mero registro dos povos de terreiro em seus limites territoriais, ligados ao espaço circunscrito à casa, ao templo ou terreiro, traçamos o modo como tais coletivos deslocam-se em suas atividades cotidianas pela cidade e fora desta, identificando as linhas, redes e manchas desta presença afro-religiosa. Trata-se do descortinamento e reconhecimento da “capacidade cartográfica” (ALMEIDA, 2012) das casas de axé frente à metrópole.

Estabelecemos diálogos fecundos com diferentes lideranças afro-religiosas situadas em áreas centrais e periféricas da capital mineira e de sua região metropolitana, por meio dos quais buscamos registrar como as experiências de racismo, dinâmicas urbanas e transformações ambientais - instâncias amalgamadas entre si - afetam a presença e a prática das comunidades de terreiro no espaço e na constituição da cidade. Na escuta e leitura destes registros, a questão racial emerge como um dos eixos centrais, o que nos sugere uma visão crítica sobre como a colonialidade expressa na constituição dos espaços públicos busca captar e suprimir as formas singulares de ocupação territorial e de afirmação identitária do povo de santo. Não obstante as pressões adversas, sejam elas institucionais, simbólicas e/ou materiais, nota-se a resistência histórica e criativa dos grupos em questão, estes que, por meio da plasticidade de seus fazeres religiosos, persistem na atualização e reinvenção de práticas ancestrais. Como bem define um de nossos interlocutores, liderança da Cabana Nossa Senhora da Glória - Nzo Kuna Nkos'i, tradicional casa de candomblé Angola em Belo Horizonte:

em processo de construção, sendo simultaneamente relacional, dinâmico e político — dimensão viva que expressa as relações de poder, as conexões e as diferenças que configuram o mundo social.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

É por isso que se chama candomblé, porque tá sempre se movimentando e para que as pessoas também se movimentem. A gente sempre se movimenta para algum local que seja adequado, pois sei que sempre vai ter. Não existe problema sem solução, ele existe para ter solução, é assim que a banda toca (23 de outubro de 2023).

Embora incipientes, os dados da pesquisa indicam uma ampliação e variação do repertório e dos fazeres das religiões de matriz africana em Belo Horizonte e região metropolitana, apontando para a atualização criativa de suas tradições ancestrais frente aos conflitos e às tensões vividos ao longo do tempo, o que reforça a pertinência de analisar como estes grupos têm negociado seus espaços de atuação e quais estratégias – individuais e coletivas – mobilizam em tal enfrentamento político, considerando os inúmeros registros históricos e etnográficos sobre as temáticas do racismo em suas mais variadas formas - ambiental, educacional, institucional, geográfica, entre outras. Tal temática apresenta-se como uma contribuição ao debate antropológico sobre religiosidades negras, apontando questões referentes à ocupação urbana, territorialidade e às formas e aos modos contemporâneos de resistência étnico-racial.

Diversas lideranças religiosas com as quais conversamos apontam as dinâmicas urbanas da capital e demais regiões como um dos fatores da invasão e degradação de seus territórios, sejam aqueles mais circunscritos às casas religiosas ou aqueles outros que guardam relações e vínculos existenciais com elas. As dinâmicas ecológicas do povo de santo implicam em “contraespaços”, “utopias situadas”, “heterotopias” (FOUCAULT, 2013) cujas formas variam ao longo do tempo e cujos modos acionam diferentes ontologias. Invadidas pelo inchaço da cidade, muitas vezes produzido por processos de especulação imobiliária, expropriação territorial e/ou conflitos ambientais com grandes empreendimentos, que empenham-se na aniquilação da diversidade ecológica, as casas de axé testemunham a perda parcial ou total de refúgios ambientais e locais sacralizados cotidianamente devastados pela empreitada civilizacional.

Tomaremos como base para reflexão alguns dos espaços de referência para as práticas religiosas em questão e que se configuram como territórios de pertencimento: Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado, Serra do Curral, Mata da Baleia, Ribeirão Onça, Mata da Izidora e Lagoa da Pampulha. Na sequência, apresentamos a distribuição dos espaços religiosos identificados pelos dois mapeamentos anteriores e um mapa síntese com os terreiros e os referidos locais de referência que serão aqui discutidos.

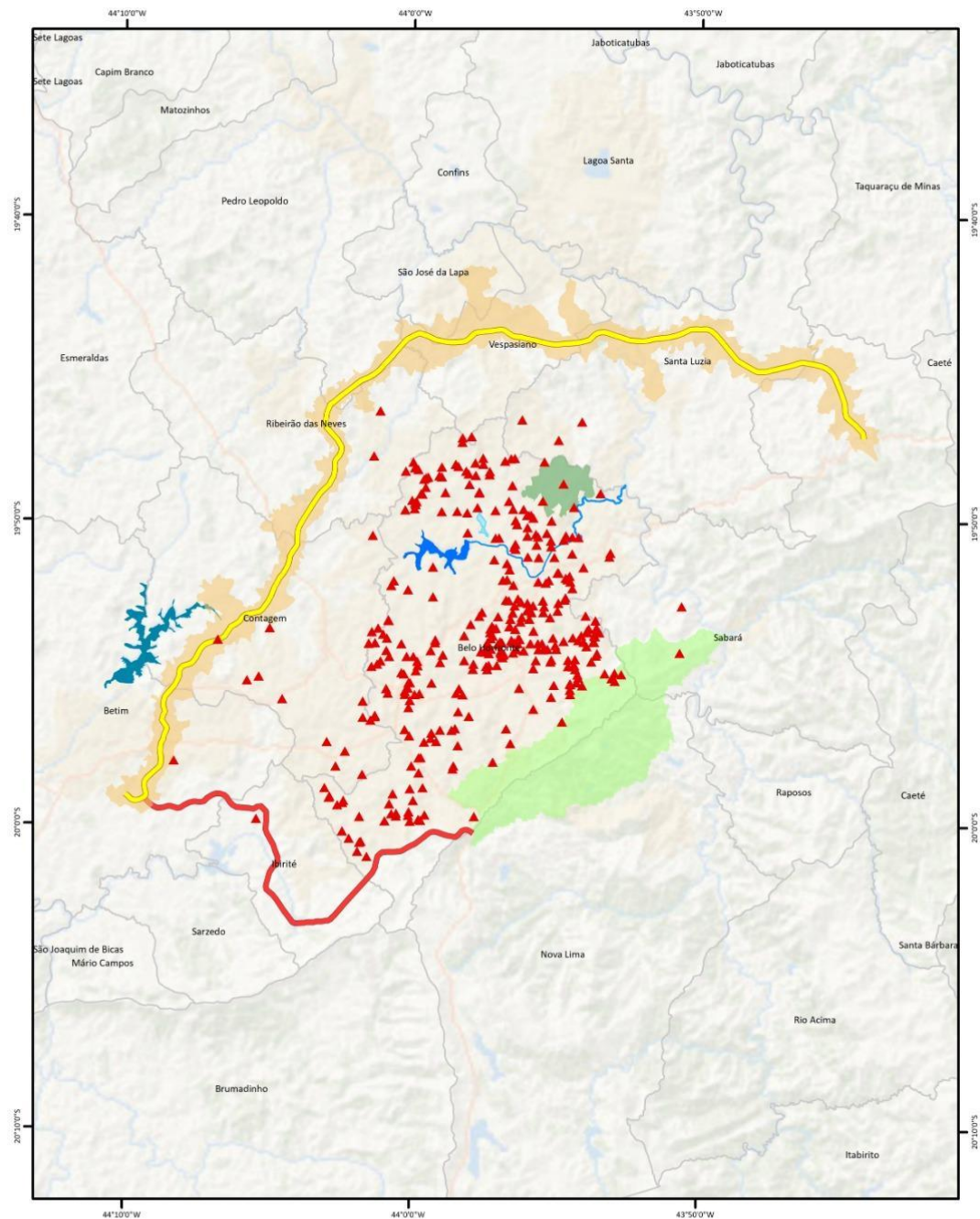
10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

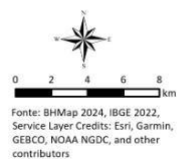
06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Legenda

- ▲ Comunidades de terreiro
- Rodoanel - traçado 1
- Rodoanel - traçado 2
- AID Rodoanel - traçado 1
- Ribeirão do Onça
- Lagoa da Pampulha
- Parque Mun. Lagoa do Nado
- APA da Bacia de Vargem das Flores
- Granja Werneck
- Serra do Curral
- Limites municipais



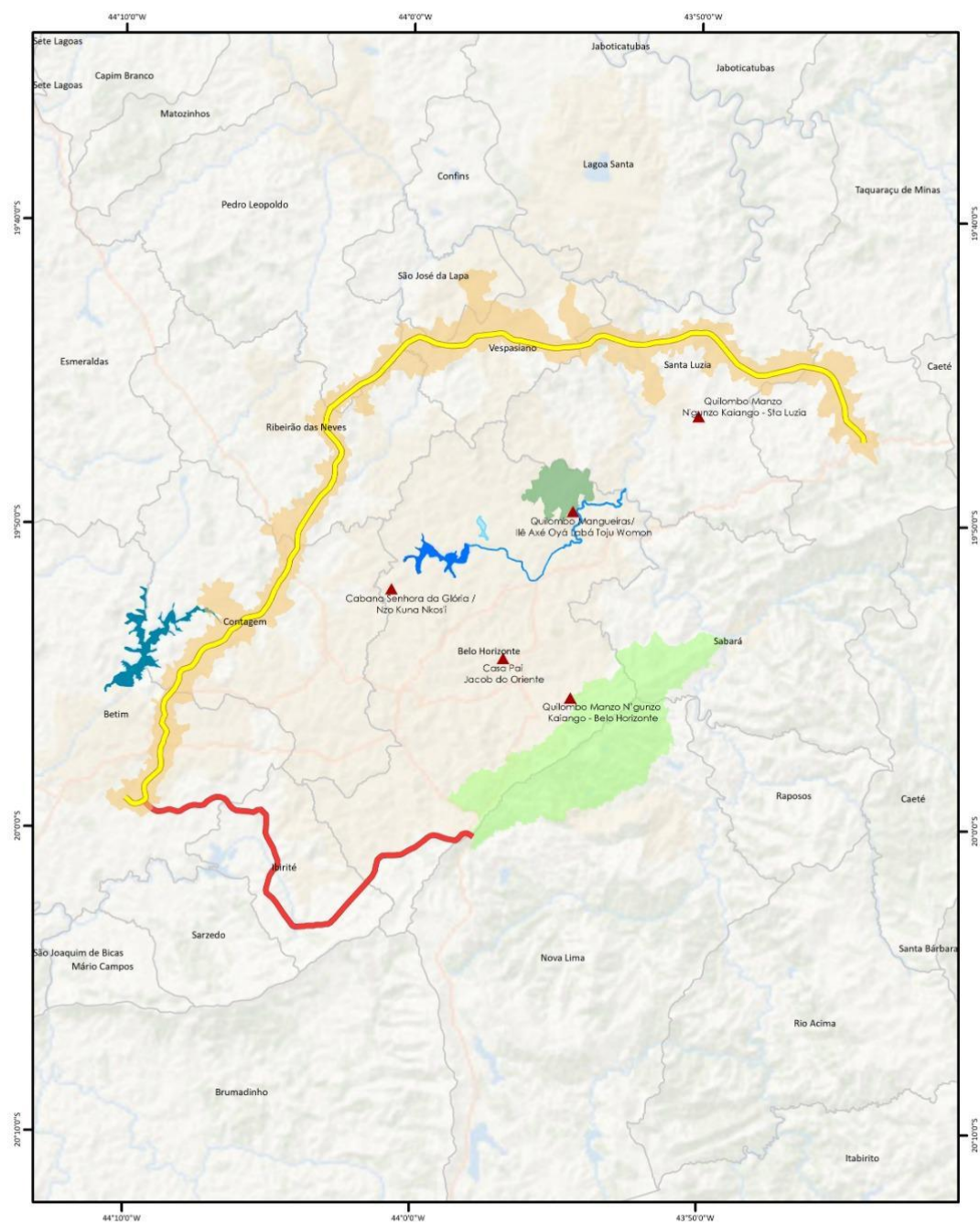
10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

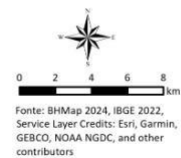
06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Legenda

- ▲ Localização das comunidades
- Ribeirão do Onça
- Lagoa da Pampulha
- Parque Mun. Lagoa do Nado
- APA da Bacia de Vargem das Flores
- Rodoanel - traçado 1
- Rodoanel - traçado 2
- AID Rodoanel - traçado 1
- Granja Werneck
- Serra do Curral
- Limites municipais



Quando nos chegou a notícia sobre a ruptura da barragem hídrica no Parque Fazenda Lagoa do Nado⁸, espaço que abriga o Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional, testemunhamos com os povos indígenas e de terreiro a perda de mais um ponto de força espiritual na cidade de Belo Horizonte. Ao longo das mais de 20 entrevistas realizadas com zeladores de santo das mais diferentes práticas, como umbanda, candomblé, quimbanda e omolocô, este lugar foi destacado como um território sacralizado que, embora conquistado por intermédio de diversas ações políticas ao longo das últimas décadas, estaria em estado de alerta - sob o risco de sua perda, mesmo que parcial, como aconteceria tempos depois.

Antes de tal desterritorialização ecológica, cuja responsabilidade está vinculada à negligência e inoperância do poder público municipal no trato com as águas urbanas, o responsável pela Cabana Senhora da Glória nos contava sobre a importância deste território que, pouco tempo após a entrevista, teria seus viventes - plantas, peixes, aves, anfíbios, tartarugas, entre outros seres - afetados. Na imagem que antecede a catástrofe, o parque é descrito como um espaço físico de resistência (que contém as necessidades ecológicas dos fazeres religiosos de matriz africana) e como um contraespaço (que contém as formas de tal vir a ser afro-religioso).

Posso dizer que a Lagoa do Nado oferece quase tudo de que precisamos. O projeto do Jardim Sagrado foi um grande estudo que deu muita visibilidade ao parque. Ele permitiu o acesso às folhas, e os diretores do parque sabem disso. Não há um convênio formal, mas existe uma aceitação, e somos autorizados a pegar as folhas que estão lá (23 de outubro de 2023).

Pensando com outro de nossos interlocutores, zelador de umbanda e importante liderança comunitária da Casa Comunitária Pai Jacob do Oriente (CCPJO), o Parque Lagoa do Nado é um “território” no qual os povos de terreiro estão “reagindo” a uma atividade e a um chamamento inaugurados ancestralmente: “minha atividade está na origem, minha reatividade está na entrega da vivência em tempo real” (16 de abril de 2024). Para esta liderança, que se afirma como continuidade de sua mãe quilombola, o

⁸ O rompimento da barragem da Lagoa do Nado, em Belo Horizonte, ocorreu em novembro de 2024, devido a uma falha humana identificada pela prefeitura municipal. A estrutura cedeu após forte chuva e o reservatório artificial foi totalmente esvaziado..

parque ecológico que contém os Jardins do Sagrado⁹ corresponde ao “meio” de um começo originado por outrem - sua mãe - e ao qual certo alguém - ele próprio - dá prosseguimento. Ao romper da barragem, no entanto, a re-ação dos povos de terreiro neste território ficou parcialmente adormecida, à espera de uma nova “resposta” que dê continuidade ao chamado ancestral (BARBOSA NETO, 2025).

Na imagem que se segue, o reservatório que dá nome ao parque se transfigura em uma grande cicatriz em meio ao espaço verde, ainda potente e referência para as relações dos grupos afro-religiosos na capital mineira.



Rompimento e esvaziamento da represa no Parque Lagoa do Nado — Foto: Reprodução/TV Globo/Portal G1.

Além desta questão mais circunscrita à região norte da cidade, que está vinculada às deficiências mais amplas do sistema de drenagem pluvial que ano após ano se mostra menos resiliente aos períodos de chuva, outro ponto de tensão que impacta diretamente as comunidades de terreiro é a implementação do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte. Trata-se de um projeto de infraestrutura viária planejado para

⁹ Tal projeto propõe a construção coletiva de um jardim de *insabas* (folhas) curativas, de modo que as comunidades de terreiro possam acessar tais folhas sagradas no perímetro urbano. Cf. <https://encurtador.com.br/5prf8>, acesso em 11 de outubro de 2025.

“melhorar a mobilidade e reduzir o tráfego pesado na capital mineira e em seu entorno”, segundo narrativa do Governo de Minas Gerais. Com cerca de 100 quilômetros de extensão, o traçado propõe atravessar 11 municípios da Região Metropolitana — entre eles Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim — e será executado em Parceria Público-Privada (PPP) com duração de 30 anos, sob responsabilidade da empresa italiana INC SpA.

O investimento bilionário¹⁰ estimado para este empreendimento, que se sobrepõe a dezenas de comunidades tradicionais, sítios arqueológicos e áreas de mananciais, será aportado pelo Estado de Minas Gerais e pela concessionária responsável. Parte deste valor é decorrente do acordo firmado entre o Estado e a empresa Vale S.A., cuja origem é a indenização decorrente do rompimento da barragem de Fundão (Mariana-MG) ocorrido em 2015. Além das promessas projetadas, como desenvolvimento econômico e geração de empregos, discurso comum aos grandes empreendimentos, o projeto enfrenta severa resistência devido aos impactos previstos em diferentes territórios e paisagens.

De acordo com o Estudo Prévio de Impacto Cultural (EPIC) e Relatório de Impacto no Patrimônio Cultural (RIPC), apresentados ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) no contexto de análise de impacto no patrimônio cultural, identificou-se que, somente na primeira fase do empreendimento, aproximadamente 170 comunidades tradicionais serão impactadas direta ou indiretamente, como é o caso da comunidade quilombola¹¹ de Mangueiras, situada na região do Baixo Onça em Belo Horizonte¹². Tal cruzamento de fronteiras sem o devido respeito às diferenças culturais presentes no espaço, muitas vezes privando ou limitando tais grupos de seus fazeres cotidianos, visa eliminar ou suprimir suas singularidades em troca de uma civilização monocultural, monotemática e monoteísta (BISPO DOS SANTOS, 2015; ASSMANN, 2021).

¹⁰ Do montante total investido, R\$ 3,07 bilhões serão por parte do Estado e outros R\$ 2 bilhões por parte da concessionária. Cf. <https://rodoanelbh.com.br>, acesso em 11 de outubro de 2025.

¹¹ Reconhecida pela Fundação Palmares em 20 de janeiro de 2006, certificação como remanescente de quilombo concedida por meio da Portaria nº 38749, processo de número 01420.003004/2005-84. Também foi reconhecida nos âmbitos municipal e estadual.

¹² As Alças Oeste e Norte unem o contorno de Betim (BR-381 (Sul)/262) à BR-381 (Norte), na altura da sede de Ravena, município de Sabará, com extensões de, aproximadamente, 26 km e 44 km, respectivamente, tangenciando, dessa forma, 8 municípios – Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Pedro Leopoldo, Vespasiano, São José da Lapa, Santa Luzia e Sabará (EPIC/RIPC, 2024).

O que este e outros empreendimentos de grande porte têm em comum, além de suplantarem as práticas vinculadas a territórios existenciais específicos, é a recorrência de ignorar pressupostos básicos de direitos adquiridos, como a necessidade de consulta livre, prévia, informada e de boa fé, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No caso específico, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma ação civil pública para suspender o atual formato do processo de consulta aos povos e comunidades tradicionais afetados pela construção do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte. Segundo o MPF, o Governo de Minas Gerais delegou a empresas privadas (Rodoanel BH S.A. e Tractebel Engineering Ltda.) a condução das consultas, o que é considerado irregular, pois trata-se de uma atividade de natureza pública e sem amparo legal para ser executada por entidades privadas¹³.

No entanto, em relação às instâncias acionadas por cada agente envolvido no contexto em questão, não se trata somente de disputas que ocorrem em nível político institucional, mas se expandem e conduzem a disputa pelo espaço à uma perspectiva ontológica onde o que está em jogo é a própria existência de mundo de um dado grupo. Como nos descreve uma liderança do Quilombo Mangueiras e iyalorixá do Ilê Axé Oyá Labá Tojú Ará Womom, cujo território também está situado na região norte da cidade,

Dizem que vai ter uma alça [do Rodoanel] ali onde eu coloquei as placas fotovoltaicas, na esquina do Recanto da Boa Viagem. E aí eu fiz um assentamento enorme de Exu lá, que eu quero ver eles passarem por cima do ancestral. Não vai passar de jeito nenhum! Eles também querem cavar o Ribeirão Onça, tirar as rochas do leito do rio, descaracterizá-lo. Vai ter muita erosão (26 de abril de 2024).

No segundo caso citado por esta interlocutora, a intervenção proposta pela Secretaria de Obras da Prefeitura de Belo Horizonte e aprovada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente está vinculada à otimização do sistema de macro e microdrenagem na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Onça. Na proposição do “Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça”, está previsto o afundamento do leito do curso d’água em quatro metros de profundidade ao longo de quase dois quilômetros de

¹³ Ação Civil Pública nº 6037201-24.2024.4.06.3800. Disponível em <https://encurtador.com.br/JHIUL>, acesso em 20 de outubro de 2025.

extensão¹⁴, além da remoção de pessoas e possivelmente duas casas de axé. Assim como no caso do Lagoa do Nado, barragem artificial que, projetada para amortizar as inundações, colapsou por “falha humana” (segundo os peritos), a proposta aparentemente comunitária do parque “ciliar” não supõe um corredor ecológico e sim uma grande intervenção “técnica” no meio ambiente, uma escavação mecanizada que promete destruir a massa rochosa constitutiva do leito do ribeirão a fim de mitigar sua mancha de inundação em trecho próximo à cachoeira situada entre os bairros Ouro Minas e Novo Aarão Reis. Como bem define a iyalorixá com a qual dialogamos, “eles querem mexer na natureza sem ter competência para isto” (26 de abril de 2024).

Neste e noutros casos, os quais acessamos ao longo da pesquisa de campo, as comunidades de terreiro insurgem-se como agentes fundamentais para as agendas de conservação ambiental e ações de salvaguarda do próprio patrimônio cultural, este que é comumente posto à prova frente às diferentes modalidades de racismo que se manifesta na disputa pela construção do espaço. A lista das instituições responsáveis pelas diversas formas de preconceito contra as comunidades de terreiro passa não só pelas instâncias do Estado, mas igualmente pelos empreendimentos e formas de exploração vinculadas à mineração, pelas igrejas, pelo sistema escolar e de saúde, pelo acesso ao saneamento e demais fatores de impacto.

Outra de nossas interlocutoras, pertencente ao Quilombo Manzo Ngunzo Kaiango, localizado em Belo Horizonte e Santa Luzia, e makota no terreiro de candomblé abrigado neste território negro, nos conta em detalhes como a capital de Minas Gerais vem ao longo dos anos degradando e expropriando as comunidades de terreiro e a própria biodiversidade que lhes é constitutiva.

A água que a gente tem aqui, hoje, que é a da primeira água, ela está toda protegida, cercada. A gente tem água hoje dentro da Mata da Baleia e que o tempo todo é vigiada. Tem placas lá: “é proibido”, “área privativa”, “é proibido o acesso de pessoas”. Aí começa a dizer que a área é de preservação ambiental. (...) A gente vê a natureza, mas a gente não consegue acessar a natureza e manter um diálogo hoje permanente com a natureza. A gente ia para a Mata do Mangabeiras, a gente não sabia nem que aquela mata ali era do Mangabeiras. Depois que começaram a cercar e colocar como área de preservação ambiental (08 de maio de 2024).

¹⁴ O parecer técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente pode ser consultado pelo link <https://encurtador.com.br/5omRs>, acesso em 11 de outubro de 2025.

A comunidade do Manzo¹⁵ teve relevante participação no processo de proteção provisória da Serra do Curral e no processo judicial de suspensão de outorga de licenças ambientais para o Complexo Minerário Serra do Taquaril, da empresa Tamisa, situado na Serra do Curral e que afeta diretamente o território quilombola e também os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará. Decorre desse movimento comunitário o processo de proteção provisória do sítio, decreto nº 48.443 de 14/06/2022. A atuação desta comunidade ocorre por meio de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), com base no argumento de que as licenças prévia e de instalação concedidas pelo Estado de Minas Gerais foram emitidas sem a indispensável consulta prévia, livre e informada¹⁶ da comunidade quilombola.

Vale destacar que as comunidades de terreiro com as quais dialogamos reivindicam espaços e áreas verdes sem os quais suas manifestações materiais e espirituais estão sob risco, o que reforça a necessidade de reconhecimento formal destas práticas no processo de salvaguarda dos espaços de referência destes povos. Ao pensar a diáspora africana no Brasil, em especial as práticas afro-religiosas na cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, conectamos tais fazeres a outras experiências coletivas afrodescendentes mundo afora. Em todos os contextos, o que resta de comum é, por um lado, a experiência universal do racismo e, por outro, os modos criativos a partir dos quais a África desterritorializada se reafirma frente ao colonialismo.

No sentido mais amplo da experiência negra afrodiaspórica desterritorializada / reterritorializada (DELEUZE E GUATTARI, 1995; HASBAERT, 2004)¹⁷ pelo mundo, às contribuições teóricas e reflexivas de pensadores dos estudos pós-coloniais, como

¹⁵ Reconhecida e certificada pela Fundação Palmares em 2007, bem como reconhecida como patrimônio cultural imaterial de Belo Horizonte em 2017 e, posteriormente, como patrimônio estadual por Minas Gerais em 2018.

¹⁶ Requisito previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

¹⁷ Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização descrevem processos complementares de transformação das relações entre sujeitos, práticas e espaços. A desterritorialização ocorre quando há uma ruptura ou deslocamento em relação a um território físico, simbólico ou cultural, rompendo vínculos que antes estruturavam identidades e modos de vida; por sua vez, a reterritorialização dentro desta perspectiva representa o movimento de reconstrução desses laços em novos contextos, por meio da criação de significados, pertencimentos e práticas que reconfiguram o espaço vivido. Para Deleuze e Guattari (1995), tais movimentos não são lineares nem opostos, mas coexistem em fluxo contínuo, expressando tanto a força de desagregação quanto a potência criadora dos grupos sociais. Como observa Haesbaert (2004), a desterritorialização nunca é total, pois toda perda de território implica também a invenção de novas territorialidades — materiais, simbólicas ou espirituais — que revelam a capacidade dos sujeitos de reinventar o sentido de fazer e habitar o mundo.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Stuart Hall (2006) e Paul Gilroy (2007), autores estes também racializados, nos servem aqui para pensar os temas da raça, do racismo e das (des)territorialidades das religiões afrodiaspóricas no contexto brasileiro. Stuart Hall, assim como Paul Gilroy, desenvolve suas reflexões sobre a diáspora africana nos anos em que a globalização era o foco de muitas discussões e o multiculturalismo emergia como questão no discurso de governos neoliberais. Cada qual a seu modo, ambos contribuíram para a compreensão do tema e, vale ressaltar, a partir do ponto de vista daqueles outrora diretamente afetados pelo empreendimento colonial e sua máquina da morte e destruição.

É certo que tanto Stuart Hall quanto Paul Gilroy compreendem o racismo como uma violência social e estrutural cuja possibilidade da superação implica na apreensão das múltiplas dimensões desta perpetração. A partir de formas variadas, que podem estar vinculadas à biologia, religião, educação, geografia, entre outras tantas dimensões práticas, o racismo é aquilo que busca se impor a partir de violência material e simbólica, amalgamado às dimensões urbanas e ambientais. Hall alerta:

O que parece mais apropriado é uma concepção mais ampla do racismo, que reconheça a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados. (...) Evidentemente as histórias do fechamento racial e étnico variam bastante de acordo com o lugar. (...) Entretanto, a fusão dos discursos de inferiorização biológica e cultural parece ser uma característica definidora do momento muticultural (HALL, 2006, p. 69).

De outro modo, Paul Gilroy sugere que a superação do racismo, nas mentalidades e no sentimento, implica primeiramente na “libertação” desta categoria de pensamento - no sentido absoluto, mais profundo e definitivo. Como ele enfatiza:

A busca da libertação da “raça” é um problema de especial urgência para aqueles que, tal como os negros modernos no período posterior à escravidão transatlântica, foram designados para ocupar uma posição inferior nas hierarquias duradouras criadas pela raciologia. (...) Negros e brancos estão presos conjuntamente pelos mecanismos de “raça” que alienam uns aos outros e amputam sua humanidade comum (GILROY, 2007, p. 33).

A leitura desses pensadores nos chama a atenção para a recorrência do referente biológico e genético impregnado mesmo quando a categoria “raça” é redefinida semanticamente como categoria “social”. Essa redefinição politicamente empreendida pelos movimentos negros no ativismo da resistência e luta por direitos humanos e

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

justiça racial, contra a discriminação, a exclusão social e o racismo no Brasil, expressa o processo de construção de uma identidade (negra) positiva, cujos marcadores da diferença são múltiplos – estéticos (estilo do cabelo, roupa, adereços etc.), culturais (religião, música, tradições etc.), simbólicos (ancestrais, artísticos, espaciais etc.), além do fenótipo e a cor da pele. Segundo Hall (2006), racismo possui lógica própria: justificar, por intermédio de características biológicas, as diferenças raciais e culturais que legitimam a exclusão de outrem, a fim de manter relações assimétricas de poder, de exploração socioeconômica e subalternização do outro, como observa Gilroy (2007).

Além disto, tal leitura pós-colonial nos possibilita uma reflexão para a condição imposta a povos de terreiros – em atenção ao alerta de Stuart Hall – como vítimas do racismo manifesto em decorrência de práticas religiosas, desafiados a lidar cotidianamente contra a intolerância, a discriminação, a exclusão e a perseguição. Nesta desafiante lida cotidiana evidencia-se a emergência de negociar seus espaços de trânsito, ocupação e dignidade. Condição, portanto, imposta no passado e atualizada no presente, quando povos de terreiros e comunidades quilombolas – sem esquecer os povos originários – persistem na luta pelo direito de permanecer ou ter de volta o espaço e ambiente da ocupação, sobrevivência, sociabilidade e memória ancestral; portanto, não simplesmente espaço físico territorial, mas a territorialidade, onde a tradição é o repertório da existência e resistência sobretudo criativas do povo negro.

Referências

bibliográficas

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. **Outros mapas**. Conferência de encerramento no Seminário Outros Mapas: Cartografia e Pesquisa Social Fundação Joaquim Nabuco, 15 a 17 de outubro de 2012.

ASSMANN, Jan. **O preço do monoteísmo**. Trad. Markus Hediger e Marijane Lisboa. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues. **Topologias do Axé**: a casa, o tempo, o corpo. In. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 31, n. 71, e710401, jan./abr. 2025.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos** – Modos e Significações. Brasília: CNPq/INCT, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Ed. N-1, São Paulo, 2013.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STENGERS, Isabelle. Introductory notes on an ecology of practices. **Cultural Studies Review** 11 (1): 183-196, 2005.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

TRACTEBEL ENGIE. **Estudo Prévio de Impacto Cultural e Relatório de Impacto ao Patrimônio Cultural (EPIC/RIPC)** Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte – Alças Norte e Oeste Municípios de Betim, Contagem, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano, 2024.